Estado pós-colonial e classes sociais: classe-Estado em Cabo Verde?

Carlos Rodrigues

Universidade do Mindelo, Cabo Verde

carlosrodrigues071@gmail.com

Estado pós-colonial e classes sociais: classe-Estado em Cabo Verde?

Resumo

O estudo tem como objetivo central evidenciar o papel das classes sociais como atores ativos na configuração do Estado em Cabo Verde. Apresenta a constituição do Estado pós-colonial como sendo um processo social. Destaca, de um modo particular, o papel da pequena burguesia. Recorre a uma análise histórica da constituição do tecido social cabo-verdiano mediante a sugestão de alguns questionamentos. Levanta algumas pistas sobre a existência de uma classe-Estado em Cabo Verde. Por fim, tenta demonstrar a pertinência da escolha das classes como unidades centrais de análise da sociedade cabo-verdiana num determinado período da história do arquipélago.

Palavras-chave: Estado, classe social, prática social, prática de classe, classe-Estado

Abstract

The aim of this article is to enhance the role of social classes as active actors in the shaping of Cape Verde State. The post-colonial State is seen as a social process. Petty bourgeoisie's role is emphasised. Some questioning is suggested appealing to a historical analysis of the making of the Capeverdean social tissue. Some clues about the existence of a State-class in Cape Verde are brought. At the end the article tries to demonstrate the pertinence of classes as central analysis units for the Capeverdean society during a given period of the archipelago's History.

Key words: State, social classe, social practice, class practice, state-classe

Enquadramento

Neste trabalho empreendemos a análise do processo da constituição do Estado pós-colonial em Cabo Verde do ponto de vista das classes sociais. A definição do universo temporal do estudo tem como balizas o período que decorre entre 1975, ano da independência do arquipélago, e o ano de 1991, altura em que se processa a transição para o multipartidarismo neste país.

O ano de 1975 fornece, de um ponto de vista formal, a referência ao início da constituição política de um novo Estado. Já o ano de 1991 testemunha a transição do sistema político assente no modelo de partido único para um sistema multipartidário, bem como a mudança de governo, o que representa uma alteração do cenário em que se processam as relações sociais.

Uma boa parte da argumentação do trabalho consiste em tentar responder ao questionamento que se segue:

- Até que ponto é sustentável uma análise do Estado em Cabo Verde tendo como lógica fundamental a dinâmica das classes sociais? Esta é a pergunta que nos irá orientar ao longo de toda a exposição.

Pretendemos efetuar uma análise sociológica, isto é, examinar as relações sociais, as interdependências entre os indivíduos e/ou grupos sociais em presença _ ao longo do desenrolar da constituição do Estado pós-colonial em Cabo Verde _ conscientes de que os diversos atores intervenientes atuam com desiguais capacidades e recursos, visando objetivos diferenciados e não raras vezes contraditórios.

O Estado e as classes sociais são as duas vertentes que balizam o nosso estudo. Procedemos a análise de certas relações que podem ser estabelecidas entre a formação e transformação do Estado pós-colonial e a dinâmica das classes sociais. Estas relações sociais são assumidas como fenómenos sociais, passíveis de investigação e são analisados no contexto de um processo social _ o da construção do Estado pós-colonial em Cabo Verde.

Baseando em Berger e Luckmann¹ Costa ressalta que a realidade social, tal como os atores a vêem, é socialmente construída. A sociedade é, simultaneamente, realidade social objetiva e realidade social subjetiva _ produto da institucionalização das ações e interpretações levadas a cabo pelos indivíduos, por um lado, e resultado da interiorização pelos atores sociais de padrões culturais e institucionais em que se

¹Berger, P., e Luckmann, T., 1976.

inserem, por outro. À medida que os seres humanos, a partir do universo cultural e institucional pré-existente, vão construindo, no decurso dos processos sociais, a maneira como vêm a realidade (o conhecimento que têm dela), vão igualmente construindo _ ou reconstruindo _ as relações sociais que estabelecem entre si (Costa, A., 1992, pp. 72/73).

Ao assumirmos a dinâmica da constituição do Estado pós-colonial em Cabo Verde como sendo um processo, devemos realçar dois aspetos fundamentais: o primeiro é de que estamos perante uma realidade que é construída; o segundo é de que ele resulta da intervenção de atores sociais, neste caso as classes sociais, com destaque particular para a pequena burguesia.

A nossa análise centra-se nalgumas práticas de classe que consideramos serem estruturantes na constituição do Estado pós-colonial em Cabo Verde no período delimitado, privilegiando os atores sociais envolvidos, as classes sociais. Estas práticas de classe são observáveis através de uma hipótese explicativa que orienta a pesquisa.

Inscrevemos o nosso trabalho na perspetiva teórica de classes sociais, tentando captar, a um nível estrutural, determinadas práticas coletivas e a visualização de relações sociais que são estruturantes bem como os antagonismos, as contradições e eventuais relações de dominação entre os diversos grupos que constituem a sociedade. A teoria de classes, ao nível das ciências sociais, constitui uma das tentativas de captação das diferenciações sociais existentes em qualquer sociedade.

Argumentamos de que em Cabo Verde a classe social constitui-se e mantém-se, desde o princípio do seu historial, como o elemento estruturante das clivagens sociais, que determina em última instância as relações sociais. Procuramos identificar essencialmente práticas sociais dos atores através de uma análise estrutural que os identifica sobretudo com propriedades de classe.

A nossa hipótese procura focalizar precisamente práticas de classe que foram determinantes na construção do Estado pós-colonial em Cabo Verde: *o Estado foi utilizado, de uma forma consciente ou não, para a promoção, conservação e reprodução da pequena burguesia.*

Teoria de classes sociais associada a perspetiva do Estado

A diferenciação social é um princípio aplicado a todas as sociedades. De um modo ou de outro todas elas estão sempre hierarquizadas. Em sociologia as teorias de

estratificação social e as teorias de classe refletem precisamente perspectivas, embora distintas, da análise destas diferenciações.

As análises em termos de estratificação social têm como objetivo a descrição hierárquica dos indivíduos mediante uma escala social em função de critérios como o rendimento, a profissão, o poder, o prestígio, etc. As análises em termos de classe situam-se a um nível estrutural, nas práticas coletivas, põem em evidência as relações sociais que estruturam a sociedade e revelam as contradições, antagonismos e relações de dominação entre grupos sociais.

O conceito classe é provavelmente um dos mais utilizados no universo das teorias sociológicas, com diversos sentidos e em múltiplas perspectivas. Acaba por refletir um pouco a diversidade das abordagens em sociologia. Nalgumas tradições teóricas este conceito ou está ausente ou ocupa no máximo um papel quase marginal. Noutras, no marxismo por exemplo, é um conceito central de análise, assumindo notável destaque.

Independentemente das tradições teórico-analíticas é importante reter que as classes sociais são segmentos sociais com posições sociais contraditórias nas relações sociais de produção. Não é necessária “consciência de classe” para que possamos ter uma classe social.

Uma das vantagens da utilização da teoria das classes sociais é o facto de ela permitir captar, a um nível estrutural, determinadas práticas coletivas, tentar visualizar certas relações sociais que são estruturantes para a sociedade e ainda revelar antagonismos, as contradições e eventuais relações de dominação entre os grupos que constituem a sociedade.

No contexto da nossa pesquisa interessa ainda clarificar a perspectiva do Estado. Ele não é independente e agente político soberano, mas é um instrumento de coerção e administração que pode ser usado para os mais diversos desígnios para quaisquer interesses operados para a sua apropriação. A classe específica que controla o aparelho do Estado utiliza este mecanismo para manter a sua dominação económica e política. O Estado é assim a forma em que os indivíduos ou a classe dominante afirmam os seus interesses comuns.

Dinâmica das classes sociais em Cabo Verde

As classes sociais assumem-se, desde o princípio do historial das ilhas de Cabo Verde como um dos elementos estruturantes na compreensão das relações sociais. As

clivagens entre os indivíduos ou grupos sociais processam-se tendo sempre como pano de fundo certas lógicas de classe.

Os primeiros estudos desta temática foram realizados nos séculos XVIII e XIX e são referidos por Carreira (1986) nas suas obras, autores como Feijó (1797) e Pusish (1810). Nestes trabalhos o critério de classificação das classes é o racial, estando descritos hierarquicamente três classes: uma diminuta classe de brancos que detêm a maior parte dos privilégios, uma classe intermédia formada pelos mulatos, com algum poder económico, e finalmente a classe dos escravos que são os pretos, e sem qualquer tipo de bens.

Na perspetiva de Afonso alguns fatores tiveram um papel decisivo na formação e na estruturação das classes sociais em Cabo Verde ao longo dos séculos, a saber, a herança colonial, a forma como se processou a posse e uso da terra, a inserção no sistema-mundo e a respetiva articulação, os condicionalismos climatéricos e os movimentos migratórios (Afonso, M., 1996, pp. 133).

Após a descoberta das ilhas no século XV foram introduzidos dois grupos humanos, os europeus, minoritários, e os africanos, em larga escala. Nesta primeira fase as divisões de classe vão coincidir com as raciais e do ponto de vista de posses interessa-nos identificar dois grupos: os dominantes e os dominados. Por um lado, os brancos, que apesar de constituírem um leque reduzido detêm os poderes e os privilégios concedidos pela coroa, e por outro lado os africanos, livres ou não, a verdade é que nesta fase a sua situação é idêntica, com condições de existência precárias logo com fracos recursos.

Mais tarde, com o evoluir dos acontecimentos e mediante a combinação de fatores quer externos quer internos, o grupo dos africanos e forros assumirá uma posição social mais alta na estrutura social, se bem que numa altura em que o critério racial já não é o fator mais relevante na definição das hierarquias sociais.

Este período tem início aproximadamente no século XVII², altura em que o arquipélago vai começar a sofrer uma série de mudanças estruturais na sua economia e no seu tecido social. Tais mudanças vão alterar uma série de lógicas anteriores, trazendo

² No entanto estas mudanças na sociedade cabo-verdiana só serão plenamente visíveis no século XIX, mais concretamente na segunda metade. Em relação a este propósito Estevão sugere: podemos considerar como principais fatores de mudança a emigração moderna, a abolição do regime de morgadio e da escravatura e o processo de edificação do sistema colonial moderno. (...) O impacto de cada um destes fatores foi diferenciado no tempo, nem sempre imediato, mas conjugando-se a partir do fim do século no sentido de uma profunda transformação da natureza da sociedade e da economia cabo-verdiana (Estevão, J., 1998, pp. 185).

consigo novas relações sociais e um posicionamento diferente dos atores intervenientes.

Com a primeira grande depressão económica do capitalismo em meados do século XVII e o enfraquecimento da metrópole Portugal, os escravos adquiridos na costa da Guiné passam a ser transportados diretamente para os mercados de mão-de-obra como Brasil, Antilhas e Canárias, não fazendo escala em Cabo Verde, o que vai provocar repercussões fortes na economia das ilhas, constituindo mesmo um rude golpe. Bem pior irão ficar com a abolição do tráfego de escravos no século XIX.

Estas influências externas, determinantes na economia cabo-verdiana, conjugados com fatores internos como a seca, vão produzir alterações substanciais em Cabo Verde. É todo o arquipélago que se fecha sobre si próprio, ou melhor, que é vetado ao abandono e à sua sorte. A produção agrícola e a pecuária que antes estavam viradas para a exportação vão ceder lugar a uma agricultura de subsistência.

Estes acontecimentos vão ter repercussões na estrutura social. Assiste-se ao declínio da grande propriedade, o morgadio, pois os senhores proprietários (brancos basicamente) utilizavam sobretudo mão-de-obra escrava que nesta altura escasseia e a sua produção estava orientada para o exterior. Com o empobrecimento dos grandes proprietários brancos as suas propriedades vão ser divididas em parcelas, que vão ser cultivados, muitas vezes a título de arrendamento, por africanos livres e já não por escravos³.

Este é sem dúvida um dado novo e importante: o facto de africanos começarem a ter acesso à propriedade começa a configurar uma nova relação de forças na estrutura social, numa altura em que o critério racial já não tem qualquer importância. Temos assim um segmento que começa a ganhar peso na estrutura social, a dos africanos (livres) proprietários.

No século XVIII teríamos assim, segundo Afonso uma reduzida burguesia, uma pequena burguesia também pouco numerosa, e um campesinato numeroso, constituído por rendeiros, parceiros e pequenos proprietários rurais (Afonso, M., 1996, pp. 54). Esta estrutura não sofrerá muitas alterações até finais do século XIX, altura em que o tecido

³Andrade diz que com o lento processo de alforreamento dos escravos, a mestiçagem, a fuga constante de escravos, com as atividades comerciais dos "lançados", com as remessas dos emigrantes que partiam desde finais do século XVII contratados pelos baleiros americanos e, finalmente, com a abolição da escravatura, elementos da população local (mestiços e negros) tiveram acesso, pouco a pouco, à propriedade ou tornaram-se comerciantes nas ilhas (Andrade, E., 1996, pp. 127).

social de Cabo Verde vai ser configurado e manter-se-á inalterável até ao período da independência no século seguinte.

No início do século XX vamos ter a oportunidade de presenciar a primeira greve do historical das ilhas de Cabo Verde conforme nos relata Silveira⁴.

Neste mesmo século Cabral identifica dois terrenos sociológicos essenciais na definição de classes sociais, o campo e a cidade. Segundo este líder histórico africano não existe uma burguesia economicamente válida porque o imperialismo não permitiu que se formasse. Identifica sim uma pequena burguesia constituída pelos empregados do sector público e comercial assim como os pequenos comerciantes, os alunos do liceu e todos os indivíduos exercendo profissões liberais. Argumenta ainda de que não existem infraestruturas suficientemente desenvolvidas para dar lugar a formação de uma classe operária daí não podermos falar de um Proletariado cabo-verdiano. Quanto ao Campesinato diz-nos que não podemos falar de uma classe de camponeses pois formam uma camada especial e heterogénea, com pessoas ricas e outras pobres (Cabral, A., 1978 (2ª ed.), pp.104, 108-111).

Por fim temos a atual estrutura de classes em Cabo Verde. Afonso (1996), que estudou atentamente a temática de classes sociais em Cabo Verde afirma que as maiores mudanças na estrutura de classes neste arquipélago no pós-independência tiveram lugar sobretudo nos anos 80 (a estrutura de classes de 1990 é idêntica a de 1980) apontando como fatores decisivos o declínio da população agrícola, a terciarização do tecido económico e o aumento gradual dos níveis de escolarização⁵.

⁴ Dissertando sobre a crise da cidade do Mindelo no início do século XX Silveira afirma que expostos às realidades dos ecos dos movimentos operários europeus que lhes chegavam pela "estrada de carvão", os habitantes de São Vicente, enquadrados por uma elite em sintonia com o mundo exterior, endereçam abaixo assinados e petições reivindicativas ao Ministério do Ultramar. Índice de uma notável consciência social, essa tomada de posição é sinal premonitor de uma cultura política classista. Com efeito, essa cultura manifesta-se plenamente quando, em 1910, os trabalhadores das companhias carvoeiras desencadeiam a primeira greve da história de Cabo Verde, com o objetivo de obter um aumento dos seus salários. Estava, deste modo, anunciada uma viragem decisiva na sociedade pós-escravocrata, com o operariado a assumir papel, pioneiro, ao confrontar os detentores dos meios de produção. A sua ação, politicamente inspirada, é o ato de nascimento de uma força social diferenciada no mundo laboral cabo-verdiano (Silveira, O., 1996, pp.94).

⁵Eis a estrutura de classes atual segundo a autora:

- Tal como no período colonial, não podemos falar numa burguesia. Os detentores dos meios de produção e empregadores, para além do Estado, são em número reduzido e a sua representatividade é muito reduzida – 0.9% da população ativa do país.

(...)

- As pequenas burguesias são, ainda que diversos, o conjunto mais importante em termos de estrutura de classes sociais em Cabo Verde (englobam 47.3% da população ativa). (...) A pequena burguesia proprietária (independente), não remunerada (da qual fazem parte 13.0% da população ativa) tem valores superiores a média nacional em Santiago, sendo basicamente constituída por comerciantes. (...) A

Prática social e prática de classe

Almeida afirma que falar de classes sociais é sempre e simultaneamente, falar de protagonistas dos processos sociais que, ao produzirem e reproduzirem a sua própria identidade, modelam do mesmo passo as condições sociais que a definem, e falar das estruturas que delimitam duravelmente o espaço em que esses processos ocorrem (Almeida, J., 1981, pp. 232).

O conceito prática social que utilizamos aqui reporta-se ao que os indivíduos fazem em sociedade, com um sentido mais prático do que plenamente consciente. Convém distingui-lo de ação social que focaliza o que os indivíduos fazem só que de uma forma intencional e reflexiva. As práticas sociais dos indivíduos e dos grupos, que por sua vez incorporam propriedades de classe, é que produzem as estruturas e os processos sociais. Por seu lado as estruturas sociais influenciam as práticas através da formação de sistemas de disposições duráveis, o que é feito ao longo das relações sociais.

Em síntese queremos visualizar o processo de constituição do Estado em Cabo Verde na perspectiva das classes sociais. Ou seja, a análise do contributo das classes ao logo deste processo, tentar determinar a sua importância relativa, qual o sentido da sua influência, quais os seus limites, em última análise como é que elas vão configurar o Estado. Ora, isto implica analisar precisamente as práticas de classe, ou seja, analisar as classes sociais como protagonistas das ações sociais. Aqui o destaque vai para a pequena burguesia.

Esta tentativa leva-nos a alguns questionamentos:

- *Quais as origens históricas desta pequena burguesia? Como é que ela ascende ao poder?*
 - *Qual a importância que a pequena burguesia vai ter na configuração do Estado?*
 - *Podemos falar de uma apropriação do Estado em Cabo Verde? Finalmente, como é que ela se reproduz?*
-

pequena burguesia dirigente e técnica (com 1.5% da população ativa nacional), desenvolve-se graças ao aumento da escolarização superior e o papel do Estado na economia. (...) pertencem a pequena burguesia auxiliar 7.3% da população ativa. (...) A pequena burguesia auxiliar é a mais importante, em tamanho, das quatro consideradas, denotando um baixo nível de habilitações literárias e de qualificação profissional dos empregos – 25% da população ativa.

(...)

- Em Santiago o peso do campesinato é, ainda, de 22.5% da população ativa, acrescido de 13% de operariado rural e de pescas. Apenas em duas ilhas, Fogo e Maio, o campesinato é a classe com maior peso relativo – 29.5% e 25.6% respetivamente.

(...)

- Quanto ao operariado industrial representa 19.5% da população ativa e, embora o nível dos seus rendimentos tenha se elevado com a independência nacional, é evidente que não representa uma verdadeira classe. (Afonso, M., 1996, pp74,76,77 e 78).

Em África no momento das independências, um segmento classificável como pequena burguesia dirigente e técnica constituiu-se como classe e apropriou-se do Estado. Embora seja uma classe que não é proprietária de nada assegura-se do Estado para a produção, apropriação de excedentes e bens raros, e auto-reprodução. O Estado colonial foi a base de existência desta classe cujos membros exerciam funções administrativas nas colónias.

Elsenhans define sociedades do terceiro mundo como sociedades burocráticas de desenvolvimento dominados pela classe-Estado. A característica principal destas sociedades é que o excedente é apropriado por uma classe e utilizada em investimentos ou consumos por via administrativa. A diferença em relação a um modo de produção capitalista é de que nem a receita de um membro da classe-Estado nem os meios financeiros sob o seu respetivo controle não dependem da eficácia mercantil das suas ações _ a rentabilidade num regime capitalista _ mas de outros critérios, como a sua posição ou importância dada a sua atividade (por exemplo sector económico que ele é encarregue de dirigir). Os objetivos não são estabelecidos por critérios mercantis, mas por outros mecanismos, normalmente um plano de desenvolvimento (Elsenhans, H., 1982).

Na mesma linha de raciocínio Médard⁶ refere-se à classe política enquanto Sardan⁷ à burguesia do Estado.

Em suma a classe-Estado não é mais do que uma classe ou segmentos de classe que se apoderam do Estado e dos bens raros que ali se concentram, utilizando esta instituição como meio de sobrevivência e de reprodução social. A educação, sobretudo no caso de Cabo Verde vai desempenhar um papel importante.

Neste país o surgimento da pequena burguesia deve ser integrado no quadro do processo global das novas relações sociais em Cabo Verde que começamos a observar fundamentalmente no século XIX com a queda das estruturas do morgadio e de uma

⁶Ao referir-se a esta expressão "classe-política" o autor joga deliberadamente com a polissemia da palavra "classe", na medida em que as elites político-administrativas que constituem esta classe política participam na predação e mesmo na exploração do Estado interposto. A questão da capacidade de desenvolvimento do Estado neo-patrimonial situa-se precisamente nesta tensão entre a lógica política e a lógica económica de formação de classes sociais (Médard, J-F. 1991, pp. 346).

⁷O autor referindo-se a natureza do aparelho do Estado diz-nos que ele foi "africanizado" e não alterado e de que tal vai provocar alterações ao nível de alianças de classe. A pequena burguesia administrativa e os notáveis locais fundem-se na burguesia do Estado e transformam-se nos inimigos diretos das massas. A burguesia do Estado vai ter uma função económica direta que se opõe aos povos africanos. Isto é, a compra dos produtos aos camponeses (roubo nestes preços de compra), e o Estado vai investir nas indústrias de transformação e nos processos jurídicos (Sardan, J-P, 1975).

sociedade regida ao longo de séculos por uma lógica escravocrata. Em sua substituição temos um cenário cada vez mais dominado pela população livre, maioritária desde o século XVIII, com consequências diversas na estruturação da sociedade.

Neste período o princípio racial que durante algum tempo foi suporte das diferenciações sociais deixa de fazer sentido e é sobretudo uma lógica de classes sociais que mais determina as clivagens sociais.

No século XIX as estruturas sociais do arquipélago estão cristalizadas e vão-se manter semelhantes até a altura da independência⁸.

Após a perda do Brasil Portugal decide reorganizar a sua política face às possessões africanas. Em relação a Cabo Verde estas medidas contemplavam disposições sobre a propriedade privada e sobre o trabalho escravo, medidas de política aduaneira, as reformas da administração pública e financeira, medidas de unificação monetária e a criação do banco colonial.

No momento de assumir a independência Cabo Verde vai receber da antiga estrutura colonial quadros exclusivamente cabo-verdianos, que já vinham desempenhando funções na máquina do Estado, não apenas no território, mas também noutras colónias em função do seu nível de instrução.

Os funcionários da administração, que em termos de classe estão incluídos na pequena burguesia dirigente e técnica, vão constituir a ponte na altura da transição colonial para a constituição de um Estado autónomo, mantendo-se na sua esmagadora maioria nos seus postos até porque eram cabo-verdianos e a emergente estrutura necessitava dos seus serviços.⁹

⁸ Segundo Lesourd o renovamento económico da província, no século XIX, sob o signo da igreja, do poder colonial e dos proprietários e, um pouco mais tarde, a abolição da escravatura (1854-1878) darão a Cabo Verde as estruturas sociais que irá conservar até à independência: (...) no cimo da pirâmide social as grandes famílias brancas proprietárias de terras. (...) Ao lado delas, um grupo de comerciantes brancos, depois mestiços poderosos, mas numericamente muito limitado, constituía-se nas diversas ilhas, mas sobretudo no Mindelo (quando o porto começou a desempenhar um papel importante, na segunda metade do século XIX). As duas categorias dominantes tinham relações uma com a outra: muitas famílias agrícolas investiam no comércio e vice-versa. No início do século XX o seu acesso à educação permitiu-lhes situar-se na alta administração local ou imperial. Numericamente muito modesta, a burguesia insular nunca representou mais de 1% da população.

A pequena burguesia mestiça (...) constituída por pequenos agricultores proprietários ou parcialmente proprietários, artesãos, pequenos comerciantes. (...) Mais tarde, são os filhos dessa pequena burguesia que têm acesso à educação imperial e que se tornam os pequenos quadros no ultramar. (...) O povo cabo-verdiano constitui 90% da população: operários não qualificados, camponeses meeiros, micro-proprietários, camponeses sem terra (Lesourd, M., 1995, pp. 48/49).

⁹ Cabral identificava a pequena burguesia como sendo a classe mais importante em Cabo Verde pois era a única capaz de dirigir e utilizar os instrumentos de que se servia o Estado colonial. Em relação ao papel reservado à esta classe após assumir o poder afirma: em suma, que exigimos da pequena burguesia? Que

Uma boa parte deles viria a ser enquadrada na nova camada dirigente do país. Dissertando sobre a constituição do campo político em Cabo Verde após a independência Furtado afirma que a construção do Estado demanda uma quantidade significativa de dirigentes, recrutados primeiro, entre os que participaram na luta armada, sobretudo para os grandes cargos e, segundo, entre os que já vinham exercendo atividades na Administração Pública Colonial. Uma terceira categoria viria a ser recrutada mais tarde, com o regresso dos primeiros universitários formados após a independência (Furtado, C., 1997, pp.147).

Podemos afirmar que o segmento classificado como pequena burguesia dirigente e técnica no continente africano, que no momento das independências apropria-se do Estado não é proprietária de nada, ou de que pelo menos não detém, comparada por exemplo com as congêneres burguesias europeias, o capital económico e financeiro. Em Cabo Verde, país praticamente desprovido de recursos naturais, económicos e financeiros o que observamos não é diferente, embora com especificidades próprias.

Cabo Verde acedeu à independência em 1975 e a partir daqui os destinos do país começam a serem comandados por um Estado que vai traçar uma relação particular e decisiva com o setor da educação. A este propósito Correia defende que depois da independência o projeto estratégico de desenvolvimento concedido pelas autoridades nacionais fundamentou-se nas forças internas e nas ajudas externas, com prioridade para as primeiras. A realização desse projeto de desenvolvimento nacional tinha na educação um elemento decisivo, cujas funções era formar uma mão-de-obra qualificada capaz de responder às necessidades de desenvolvimento económico, transformar as estruturas sociais e reforçar a identidade social e nacional segundo os princípios da igualdade, da liberdade, da emancipação (Correia, V., 1996).

Enquadrando Cabo Verde no universo dos países africanos que tinham acedido a independência constatamos que estes Estados vão instrumentalizar a educação como parte de uma engrenagem ideológica. Nesta linha de orientação Heimer argumenta que os Estados pós-coloniais em África adotam o discurso da modernização essencialmente por quatro motivos: porque a filiação cultural das elites africanas ao mundo das antigas metrópoles as leva a (também) considerar este discurso como natural; porque o discurso surge como ideologia de legitimação para as estratégias de legitimação de reprodução

se suicide. Com efeito, a revolução elimina-o do poder, submete-a ao controle dos operários e dos camponeses e põe cobro ao seu regresso para a etapa da burguesia propriamente dita (Cabral, A., 1978 2ª edição , pp. 104 e 105).

(simples ou alargada) das classes burocráticas do Estado: porque os Estados precisam legitimar-se assim perante as populações, indo ao encontro de aspirações condicionadas, simultaneamente, por perspectivas ideológicas inspiradas do paradigma da modernização, e pelas fortes clivagens existentes nas formações sociais contemporâneas, face as quais a educação aparece como o principal mecanismo de acesso a posições privilegiadas, porque os Estados precisam de legitimar-se os agentes não africanos, de cuja ajuda dependem numa medida importante para a sua manutenção / reprodução (Heimer, F-W., 1990).

A exemplo de outros países africanos o Estado vai estar a comandar todo este processo relacionado com a educação. A escola, para além de local de aprendizagem torna-se também o motor para a mudança e o desenvolvimento político da população.

A pequena burguesia em Cabo Verde detinha um capital simbólico no sentido descrito por Bourdieu¹⁰. Este capital simbólico provinha essencialmente da objetivação (ou conversão) do capital cultural que esta classe conseguiu acumular. Alguns fatores foram importantes na constituição deste capital cultural. Um deles é sem dúvida o seu nível de ensino, que era relativamente alto, o que lhe permitiu ocupar funções administrativas auxiliares no aparelho do Estado colonial e funções organizativas e de chefia na máquina do Estado pós-colonial. Outros fatores também foram determinantes: a forma como se processou o povoamento e a conseqüente constituição do tecido social; algumas liberdades concebidas pela metrópole; o contacto com o "mundo atlântico"; a elevada homogeneização social e cultural bem como a constituição de uma Nação antes da instauração de um Estado.

Em síntese como afirma Estevão a história cabo-verdiana, em particular a dos séculos XIX e XX, caracteriza-se pela progressiva afirmação de uma cultura própria, miscigenada, que acompanhou a ascensão social e económica do mestiço, suporte e difusor da nova cultura. A homogeneização cultural conduziu à necessidade de afirmação de uma identidade nacional, já expressa, por exemplo, através de uma língua

¹⁰ Na ótica de Bourdieu o capital simbólico pode ser qualquer propriedade (qualquer espécie de capital, físico, económico, cultural, social) que seja percebida por agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles são capazes de a conhecer (de se aperceberem dela) e de a reconhecer, concedendo-lhe valor.(...) Mais precisamente, é a forma assumida por qualquer espécie de capital quando percebida através das categorias de percepção que são o produto da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição dessa espécie de capital (e.g. forte / fraco, grande / pequeno, rico / pobre, cultivado / inculto , etc.). (...) O Estado, que dispõe dos meios de impor e de inculcar princípios duradouros de visão e de divisão de acordo com as suas próprias estruturas, é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico (Bourdieu, P., 1997, pp. 80 e 81).

e de uma literatura nacionais, mas que só mais tarde ganharia um carácter político com a luta de libertação nacional. A formação da Nação em Cabo Verde foi, portanto, muito anterior à constituição do Estado (Estevão, J., 1989, pp.184).

Esta pequena burguesia vai objetivar este capital cultural num capital simbólico, num primeiro momento tirando partido do aparelho do Estado colonial, através de relações de proximidade e de exercício de funções administrativas auxiliares. Num segundo momento, ao assumir o controle do Estado pós-colonial, através do exercício de funções organizativas e de chefia.

A classe-Estado não é mais do que uma classe ou segmentos de classe que se apropriam do Estado e dos bens raros que ali se concentram utilizando-o em benefício próprio. Em Cabo Verde esta classe-Estado reveste-se de características peculiares. Este segmento detinha um certo poder económico, pelo menos quando comparado com o resto da população em Cabo Verde. Alguns dos seus membros são proprietários de terras ou de pequenas unidades industriais e sobretudo comerciantes nas ilhas de Barlavento.

O seu nível de escolaridade facultou-lhe o desempenho de funções auxiliares na máquina administrativa colonial o que permitiu-lhe acumular os conhecimentos necessários para fazer funcionar a burocracia estatal. Esta proximidade e este saber fazer vão-se revelar como fatores determinantes no momento de assumir o poder. Alguns membros desta classe tinham participado na luta armada na Guiné Bissau no processo que culminou com as independências da Guiné e de Cabo Verde.

Na altura da independência era precisamente esta classe segmento que se encontrava em melhor posição para ascender ao poder¹¹.

Com alguma naturalidade esta classe vai assumir o comando do país na altura da transição do poder colonial para o Estado soberano que então se pretendia instituir.

¹¹ O próprio líder histórico cabo-verdiano Amílcar Cabral caminha neste sentido ao afirmar: o importante é saber quem será capaz, uma vez destruído o poder colonial, de tomar nas suas mãos o aparelho do Estado. (...) O nosso camponês não sabe ler nem escrever e quase não tem relações com as forças coloniais, exceto o pagamento dos impostos, que, mesmo assim, não paga diretamente: a classe operária não existe como classe bem definida, trata-se apenas de um embrião em vias de desenvolvimento: finalmente não há entre nós uma burguesia economicamente válida, porque o imperialismo não permitiu que se formasse. Formou-se, no entanto, ao serviço do próprio colonialismo, uma camada social que é hoje a única capaz de dirigir e utilizar os instrumentos de que se servia o Estado colonial contra o nosso povo: a pequena burguesia africana (Cabral, A., 1977).

Algumas reflexões

Em Cabo Verde o elemento chave que permite efetuar a leitura da forma como estão estruturadas as relações sociais são as classes sociais. Trata-se de um critério aplicável desde o início do seu historial a partir do século XV e que se prolonga ao momento atual. A sua influência, particularmente da pequena burguesia, na configuração do Estado pós-colonial, assume um carácter determinante.

No momento da independência em Cabo Verde no ano de 1975, um segmento que classificamos como pequena burguesia _ sobretudo os quadros oriundos da administração pública do Estado colonial, combatentes da luta armada pela libertação da Guiné Bissau e Cabo Verde que decorreu no primeiro, numa primeira fase, e alguns universitários formados depois da independência, numa fase mais adiantada _ apropriou-se do Estado.

Esta apropriação e o controle dos bens raros presentes no Estado, o apoio num sistema de partido único, as estratégias de legitimação do poder e as práticas de reprodução social sugerem que se possa efetivamente falar de uma classe-Estado em Cabo Verde, muito embora com características específicas.

Maciços investimentos foram feitos na educação bem como uma reforma elitista do sistema de ensino. Este setor foi, desde sempre, uma aposta para os responsáveis cabo-verdianos. As expectativas colocadas em torno da educação e do seu papel atravessam a história, destacam a economia, as escolhas e os objetivos do desenvolvimento, mas garantem também uma reprodução social.

Ao dissimular a seleção social sob a aparência de seleção técnica a escola, embora combinada com outros fatores como a origem social, ajudou a reproduzir a ordem social dominante.

As grandes empresas, muitas delas nascidas para gerirem as ajudas internacionais e muitas vezes sobredimensionadas em função dos interesses do país, eram na sua esmagadora maioria públicas e os titulares dos respetivos cargos de gestão pertenciam a classe-Estado.

A sua gestão não obedecia, prioritariamente a critérios económicos, de mercado ou de rendibilidade. Constituíam, acima de tudo, fontes de rendimento, prestígio e distribuição de favores dos seus titulares e funcionavam ao fim ao cabo como instrumentos de perpetuação do poder da classe que controlava o Estado.

Portanto, é perfeitamente válida a hipótese de que o Estado foi utilizado, de uma forma consciente para a promoção, conservação e reprodução da pequena burguesia.

A identificação ao longo do trabalho de certas práticas atribuídas a uma classe-Estado corroboram a afirmação.

Por fim, é importante frisar que uma análise do Estado tendo como pano de fundo a lógica das dinâmicas de classes sociais acaba por se revelar perfeitamente aceitável e, até, bastante pertinente face aos ganhos evidenciados ao longo deste trabalho.

Referências bibliográficas

Afonso, M., 1996, *Educação e classes sociais em Cabo Verde* (Dissertação de Mestrado não publicada) Lisboa, Instituto Superior de Ciências do trabalho e da Empresa.

Almeida, J., 1981, Alguns problemas de teoria das classes, *Análise Social*, 66, pp.231-251.

Andrade, E., 1996, *As ilhas de Cabo Verde: da descoberta à independência nacional (1460-1975)*, L'Harmattan, Paris.

Berger, P. e Luckmann, T., 1973, *A construção social da realidade*, Editora Vozes, (ed. Orig. 1966), Petrópolis.

Bourdieu, P., 1997, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, Celta Editora, Oeiras.

Cabral, A., 1976,1977, A arma da teoria: unidade e luta I+II, in Obras Escolhidas de Amílcar Cabral, *Seara Nova*, Vol. 1+2, Lisboa.

Carreira, A.,1977, *Cabo Verde (Aspetos sociais, secas e fomes do século XX)*, Ulmeiro, Lisboa.

Carreira, A., 1986, *Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII) por João da Silva Feijó, Apresentação e comentário de António Carreira*, Instituto Cabo-verdiano do Livro, Praia.

Correia, V., 1996, *Cabo Verde: Educação e Desenvolvimento*, (Dissertação de Mestrado não publicada) Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Costa, A., 1992, *O que é sociologia*, Ed. Difusão Cultural, Lisboa.

Elsenhans, H., 1982, Capitalisme d'État ou société bureaucratique de développement, *Études Internationales*, 13 (I).

Estevão, J., Serrão, J e MARQUES, O., 1998, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa

Estevão, J., 1989, Desenvolvimento endógeno e integração económica regional em África — algumas considerações sobre a estratégia cabo-verdiana de desenvolvimento, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N.º 10 e11, Janeiro-Dezembro.

Furtado, C., 1997, *Génese e (re)produção da classe dirigente em Cabo Verde*, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, Praia.

Heimer, F-H., 1990, *O Estado pós-colonial em África*, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 12 e 13, Janeiro-Dezembro,1990, 475-500.

Lesourd, M., 1995, *État et société aux îles du Cap-Vert*, Editons Karthala, Paris.

Médard, J-F., 1991, *États d'Afrique noire formations mecanismes et crise*, Éditions Karthala, Paris.

Sardan, J-P., 1975, Afrique: qui exploite Qui?, *Les Temps Modernes*, 346+347, 1506-1551, 1744-1775, pp.1748 a 1750.

Silveira, O., 1996, Cabo Verde: uma experiência política nos trópicos, *Política Internacional*, Vol. 1, N° 13, Outono Inverno.

Tourraine, Alain., 1994, *Qu'est-ce que la démocratie*, Éditions Fayard, Paris.